

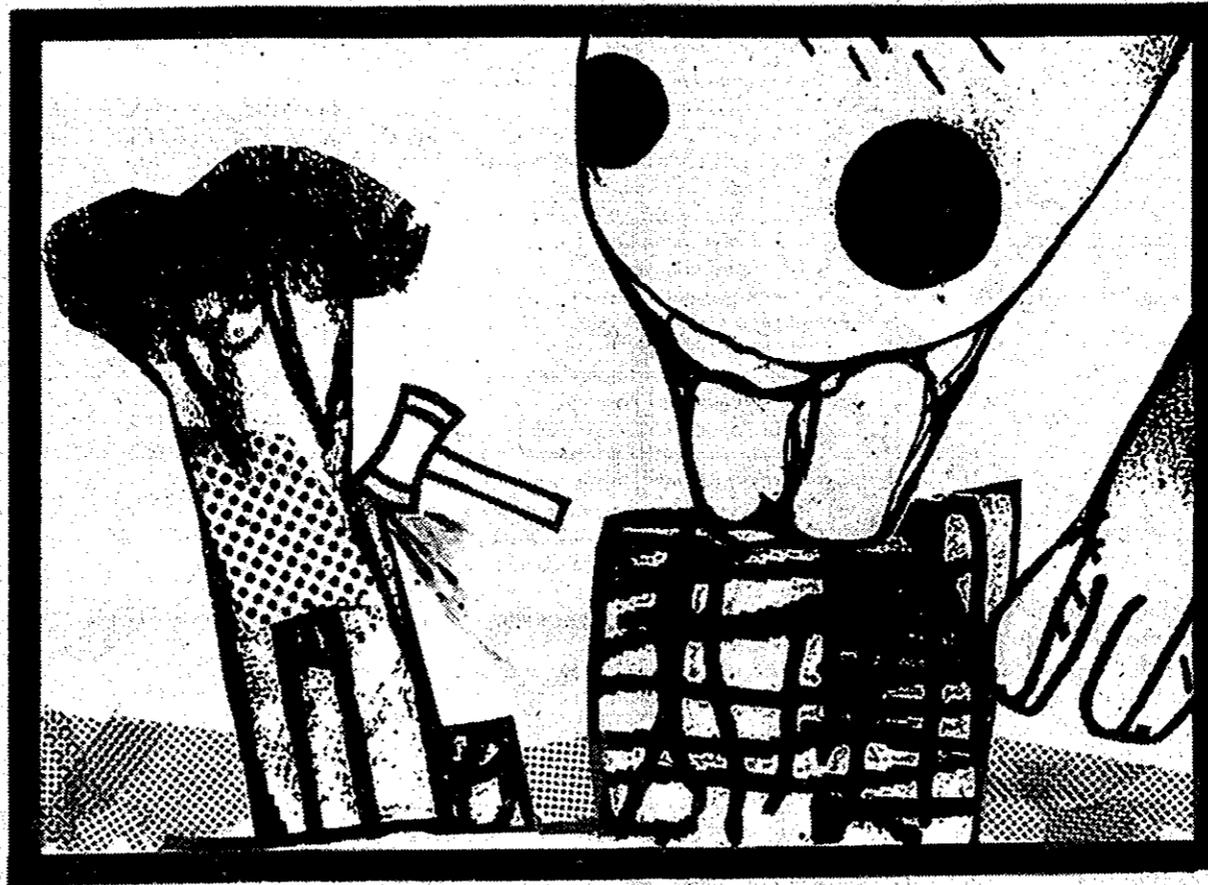
Pá de cal no meio ambiente?

ALFREDO SIRKIS

Venho observando há algum tempo que a gestão ambiental do Governo FH é a pior desde o fim da ditadura, rivalizando apenas com a primeira fase do Governo Sarney, igualmente catastrófica, mas objeto de uma efetiva correção de rumo, em 1989, depois do escândalo internacional provocado pelo assassinato de Chico Mendes. Faço essa afirmação sem nenhuma exultação oposicionista, ou birra anti-FH, mas com imenso pesar. O mais preparado intelectualmente dos nossos presidentes, o mais cosmopolita, capaz de discursar eloquentemente sobre o tema em qualquer foro internacional, é responsável direto pelo completo fiasco e, agora, pelo iminente desmantelamento da gestão ambiental no âmbito federal.

Ainda que funcionasse a contento, com um critério eminentemente técnico e dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, com um orçamento razoável e sem ingerências políticas, a área ambiental federal teria imensas dificuldades, pois a maioria das decisões cruciais que afetam a sustentabilidade, a qualidade de vida da população e os grandes ecossistemas brasileiros é tomada fora do seu âmbito, sem sua participação, em esferas de poder que envolvem a Presidência da República, a equipe econômica, e as áreas de diplomacia e defesa nacional. Apenas certos aspectos da questão ambiental brasileira passavam por seu ministério, um pote de barro cercado de potes dos mais diversos metais. Essa situação foi brutalmente exacerbada no atual Governo, que decidiu lotear o tal pote de barro.

O Ministério do Meio Ambiente e os órgãos que o antecederam vinham, mal que bem, recebendo um tratamento técnico e sendo ocupados por quadros oriundos do ambientalismo ou, pelo menos, com alguma afinidade com o tema. Isso mudou, neste Governo. O Ministério do Meio Ambiente foi incluído no rol dos sujeitos às composições e barganhas com a base parlamentar governista. Notório "abacaxi", tido como "ruim de voto", o ministério não era tão interessante assim para os políticos tradicionais. Mas tornou-se fisiologicamente mais sexy ao rece-



Cavalcante

ber as verbas da irrigação, que passaram a compor quase 75% do seu orçamento. Passou a ser primordialmente um ministério de assistência ao interior do Nordeste, com suas atribuições ambientais reduzidas à subalternidade.

O resultado foi uma gestão ambiental ainda mais ineficaz, imprevidente, sem capacidade de resposta, sem imaginação, refém do jogo político nacional e regional. E não há por que fazer do ministro Gustavo Krause bode expiatório desta situação, como querem alguns, pois a responsabilidade maior é do Palácio do Planalto onde se promoveu a bizarra manipulação genética que resultou neste mostrengo, cujo nome mais apropriado seria Ministério da Irriga-

ção e dos Penduricalhos Ambientais Residuais. O titular apenas jogou o jogo.

Quis a implacável Lei de Murphy — que ultimamente anda nos calcanhares do presidente — que esta situação conseguisse ficar pior ainda! No marco do ajuste fiscal com o FMI, a equipe econômica decidiu pura e simplesmente aniquilar os poucos projetos ainda em curso, originários (pasmem!) de financiamentos externos, ao cortar, já não mais nas gorduras, nem nas carnes, mas nos ossos que são as verbas de contrapartida desses financiamentos externos.

Segundo dados do Orçamento 99 compilados pelo Instituto Sócio Ambiental, o PP-G7, o Plano Piloto

de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, filhote dileto da Conferência Rio-92, contava para 1999 com recursos da ordem de R\$ 72,9 milhões, 63,7 milhões de recursos externos e 9,2 milhões de contrapartida do Governo. Pois o PP-G7 foi reduzido a 7,6 milhões, 5,5 externos e 2,1 milhões de contrapartida, um corte de quase 90% onde são pura e simplesmente dispensados 91,4% dos recursos externos oferecidos ao país. A tesoura abateu-se com similar virulência sobre os "ossos" de outros programas como o Probio (-87,5%); o PNMA (totalmente suprimido); o PDA (-82,6% nos recursos para contrapartida interna).

Segundo a "Gazeta Mercantil" de 23/11, um levantamento cruzado dos orçamentos do Banco Mundial e do BID para programas ambientais no Brasil revela uma redução de 65,8% em relação a 98. Segundo Márcio Santilli, do Instituto Sócio Ambiental, a raiz conceitual desses cortes, até mesmo em financiamentos externos a fundo perdido, está na assimilação pela equipe econômica destas doações a "despesas orçamentárias correntes" pelo fato de o Governo ter, em tese, um compromisso de bancar a continuidade destes programas futuramente.

Tempos atrás, ficávamos escandalizados pela incapacidade do Governo em gastar recursos externos para o meio ambiente colocados a sua disposição. Agora ele já está ostensivamente devolvendo doações, reduzindo drasticamente financiamentos vinculados a prestação de modestas contrapartidas e suprimindo parques orçamentários de uma área já tradicionalmente à míngua. Além dos efeitos catastróficos no âmbito interno — teremos mais queimadas, mais poluição, mais devastação — o Brasil ficará internacionalmente desmoralizado e no futuro, será muito mais difícil levantar novos recursos externos para o meio ambiente. A contagem regressiva para sacramentar o Orçamento 1999, no Congresso, já começou. Um condenado agonizante sobe cambaleando as escadarias que levam ao patíbulo (ou, se preferirem, à guilhotina). Haverá salvação?

ALFREDO SIRKIS é presidente nacional do Partido Verde (PV).